



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



**DESPACHO Nº TRF2-DES-2022/22856**

Referência: Processo de Execução Orçamentária e Financeira Nº TRF2-EOF-2022/00154  
, 31/05/22 - TRF2.  
Assunto: Licitação

Trata-se de procedimento administrativo instaurado objetivando a contratação da empresa OPEN TREINAMENTOS E EDITORA LTDA, com vistas à renovação da assinatura eletrônica anual da "Gestão Tributária", para atender à solicitação da Divisão de Orçamento e Finanças deste TRF2.

O setor requisitante, na TRF2-SEC-2022/00152, assevera que a contratação tem por finalidade preservar a qualidade do trabalho desenvolvido no setor e fornecer informações atualizadas acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS). Acrescenta, ainda, que *"o sistema fará o cálculo levando em consideração a natureza jurídica do contratado e as possíveis deduções da base de cálculo"*.

A Divisão de Planejamento, Acompanhamento e Programação Orçamentária - DPLAN, no Despacho nº TRF2-DES-2022/19464, confirma a existência de dotação orçamentária para atendimento da despesa em tela, no valor de R\$ 7.188,00 (sete mil, cento e oitenta e oito reais), no que foi corroborada pelo Diretor, em exercício, da SPO (TRF2-DES-2022/19659).

Em seu Parecer (TRF2-PAR-2022/00461), a Assessoria Jurídica - AJUR pontua a ausência de impedimento à contratação direta por inexigibilidade de licitação, baseada no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, por entender que há, no caso em questão, inviabilidade de competição, haja vista a exclusividade do fornecedor (TRF2-CAP-2022/10043) e a regularidade dos procedimentos adotados.

A Direção Geral, por meio do Despacho nº TRF2-DES-2022/20690, após destacar a regularidade fiscal e trabalhista da Empresa, comprovada através dos documentos constantes dos Capturados TRF2-CAP-2022/10391, TRF2-CAP-2022/10916 e TRF2-CAP-2022/12163, encaminha os autos a esta Presidência para deliberação sobre o prosseguimento da contratação, sugerindo que, em caso afirmativo, seja ratificado o Parecer da AJUR.

Nesta oportunidade, verifico que restou adequadamente demonstrada a existência de dotação orçamentária para atendimento da despesa. Demais disso, cabe salientar a inviabilidade de competição, em razão da existência de fornecedor exclusivo para o produto a ser contratado.

Diante do exposto, RATIFICO o Parecer nº TRF2-PAR-2022/00461, da Assessoria Jurídica - AJUR, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2022.



Assinado digitalmente por MESSOD AZULAY NETO.  
Documento Nº: 3455439-6996 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3455439-6996>

Classif. documental

30.01.01.03



TRF2DES202222856A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



- assinado eletronicamente -  
**MESSOD AZULAY NETO**  
Presidente



Assinado digitalmente por MESSOD AZULAY NETO.  
Documento Nº: 3455439-6996 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3455439-6996>



TRF2DES20222856A